

**ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

19^a

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero

Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e oito membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, Luis Pedro Martins Lopes, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Ester de Fátima Parra Martins, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Armando do Nascimento Cordeiro, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, António Augusto Gonçalves, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Luis Filipe Silva Parreira em substituição do Senhor José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros João Fernando Pinto de Freitas Meira, Filipa Isabel Serafim Martins, Vitor Manuel Purralo Madaleno e Belarmino Silvestre Pinto. -----

-----Não apresentou justificção o membro Daniel Fernando Ribeiro Salgado. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da sessão ordinária do dia 28 de abril de 2017 – Apreciação e deliberação.* -----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----2. PERIODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Associação Nacional das assembleias municipais (ANAM) – adesão a esta associação de direito privado, nos termos definidos na Lei 54/98 de 18 de agosto. Recomendar à Câmara Municipal, para que esta delibere a participação do Município no projeto da ANAM – Análise e deliberação.* -----

-----2.3 *Aprovação dos estatutos definitivos da ANAM – Para conhecimento.*-----

-----2.4 *Compromissos plurianuais – Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.* -----

-----3. *Outros assuntos.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e cumprimentou todos os presentes. -----

-----Vamos dar início à 19ª sessão da Assembleia Municipal com uma ordem de trabalhos que foi à última hora alterada e foi alterada por força de melhor observância do ponto catorze dos considerandos propostos pela Associação Nacional das Assembleias Municipais, que diz textualmente no ponto catorze: deve em primeira linha a Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que esta delibere a participação do Município neste projeto que é a ANAM, para que então, o Executivo Municipal proponha à Assembleia Municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM, portanto tínhamos aí já uma série de propostas no sentido de serem aprovados pela Assembleia Municipal, todavia elas só devem ser aprovadas depois de este projeto ser aprovado pela Câmara Municipal e aí sim enviarão aqui à Assembleia Municipal para completarmos definitivamente o processo, se assim for entendido, portanto por força desta observância retirámos os outros dois pontos porque só poderão ser incluídos depois da aprovação baixar primeiro pelo Executivo Municipal e posteriormente pela Assembleia Municipal, portanto é essa só a razão pela qual alterámos a

ordem de trabalhos, assim sendo vamos entrar com esta ordem de trabalhos, que suponho que já toda a gente tem, no período de antes da ordem do dia. -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 28 de abril de 2017 –
Apreciação e Deliberação.* -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “a minha intervenção é um pequeno reparo que acho que devo fazer em relação à ata, que diz respeito à forma como está apresentada na mesma a moção apresentada em relação ao estado em que se encontra a estrada de Lagoa, que seguidamente e muito bem o senhor Presidente da Assembleia Municipal oficiou ao Instituto das Infraestruturas de Portugal e que até já foi respondido, ora acontece que a moção da forma como vem escrita na ata dá impressão que é anónima, que apareceu por acaso, o que não é verdade, estes documentos alguém os escreveu e apresentou, por isso deverão ter sempre a indicação de quem os apresenta ou subscreve, sem uma destas indicações ninguém fica a saber a origem da Moção, por conseguinte a descrição deverá ser complementada mencionado no mínimo o nome do apresentador”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu percebi que a proposta saísse da Assembleia no seu todo não indicando particularmente o senhor fulano a, o senhor sicrano b, em tudo semelhante a outra que eu tenho aqui. Quando assim é a Assembleia Municipal por unanimidade ou por maioria aprovou a seguinte Moção, que está transcrita conforme está e envia-se e é nessa base que temos a resposta que naturalmente vem endereçada a mim como Presidente da Assembleia, que eu dei conhecimento a todos os senhores. Agora quando queremos particularizar propostas, então que se faça em nome individual e elas baixam aqui à Mesa. Eu peço desculpa, não posso concordar com esse reparo, porque julgo que não é ético, que não está correto, só estaria correto se antecipadamente dissesse assim eu faço questão de ser eu António Cordeiro a propor esta Moção e a Mesa aceita e propõe também, agora o que nós temos feito aí e manda o raciocínio e a lógica é que quando temos moções que digam respeito aos interesses superiores do nosso Concelho praticamente são absorvidos por interesse próprio da Assembleia Municipal, ou seja somos nós todos, e a Assembleia Municipal ou a dignidade da Assembleia Municipal é da responsabilidade de cada um de nós, nós é que somos os elementos da Assembleia Municipal, se assim entenderem, quando quiserem particularizar, particularizem, agora isso é que não tem nada a ver com este reparo que foi aqui à ata, que não o desconsidero de maneira nenhuma, que não está em causa, agora o juízo final que eu faço é que quando é a Assembleia Municipal, somos todos nós, quando quiserem particularizar, particularizem, não vejo inconveniente nenhum. Da minha parte não houve aqui intenção nenhuma de alterar seja o

que for, porque tem sido sempre assim, se repararem, já fizemos aqui várias, inclusivamente partindo de iniciativas do PS que depois juntamos, entendemos que por uma questão de reforço que deva ser a Assembleia Municipal, e também tem havido propostas do PSD às quais o PS se associa, para quê? Para corporizar melhor a essência da Moção no seu todo, portanto eu julgo que terá que ser assim e que deverá continuar assim, se assim entenderem, mas quando entenderem particularizar, estejam completamente à vontade, mas digo mais, às vezes quando se particulariza não obtém o sucesso que a gente quer que tenha, porque uma Moção que é apresentada e aprovada por unanimidade tem outro reflexo mais positivo do que quando é particularizada, mas essas dúvidas ficam para quem as tem”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “eu penso que o senhor Presidente está a confundir uma Proposta com uma Moção, a Proposta é apresentada por uma pessoa e pode ser por um partido, ou individualmente, mas a Moção diz assim: a Assembleia Municipal, a Moção é por todos, mas é apresentada por alguém, alguém a escreveu e alguém a apresentou, e o meu entendimento é que deve ser sempre mencionado o nome da pessoa que a apresentou”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “se a proposta é feita só por uma pessoa eu não vou aqui obrigar que a Assembleia Municipal atinja essa responsabilidade na sua plenitude. -----

-----Relativamente à ata mais algum reparo. -----

-----Não havendo mais intervenções, vou colocar a ata a votação. -----

-----A ata foi aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, três (3) abstenções, por não terem estado presentes e trinta e cinco (35) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao ponto 1.2-----

-----**1.2 Informação da Correspondência Recebida e Expedida.**-----

-----Demos conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida, a que consideramos mais importante é esta que ainda tive tempo de mandar uma cópia, das infraestruturas de Portugal relativamente à Moção que nós apresentámos e bem e até teve uma resposta muito rápida porque normalmente demoram mais tempo, ficámos a saber que está previsto o arranjo dessa estrada entre 2017/2021, temos pena porque de facto nós queríamos era que fosse já, normalmente não será em 2017, vai sempre para o final dos prazos, mas pronto, acho que devemos continuar a insistir, eu inclusivamente referi aqui que aludi a esta questão na Assembleia da CIM onde estava portanto o Conselho Executivo que também ficou preocupado e atento a essas coisas, simplesmente se nós não formos a fazer força essas coisas não se resolvem, portanto é esta e é uma outra que chegou ontem ou anteontem que faz referência que um membro indigitado pela Assembleia Municipal para integrar a Comissão Alargada da [PC] não foi às reuniões e

pede-nos aqui a sua substituição, mas estar a substituir numa altura em que já não há reuniões da Comissão Alargada não faz sentido portanto caberá à próxima Assembleia designar depois os membros e pedir-lhe que quando são eleitos devem assumir os compromissos para os quais aceitaram e foram portanto apoiados. -----

-----Passamos ao ponto 1.3 -----

-----**1.3 Período de Intervenção do Público.**-----

-----Não há público presente, passamos ao ponto 1.4 -----

-----**1.4 Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.**-----

-----Temos aqui um Voto de Pesar e de Solidariedade que eu também já subscrevi e que me revejo totalmente na apresentação deste. -----

----- «Voto de Pesar e de Solidariedade -----

-----A Assembleia Municipal de Mogadouro reunida no salão nobre dos paços do concelho no dia 30/06/17 deliberou aprovar um voto de pesar e de solidariedade para com as pessoas falecidas, bem como às suas famílias, no trágico incêndio ocorrido recentemente em Pedrogão Grande e enviar a todos os municípios afetados» -----

-----No mesmo sentido, proponho que a Assembleia faça um minuto de silêncio. -----

-----Primeiro vou colocar o voto a votação e logo de seguida faremos o minuto de silêncio. -----

-----O voto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Daremos agora espaço para as intervenções dos senhores membros municipais neste ponto. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “queria congratular-me com uma agenda rica, sobretudo na vila de Mogadouro nos últimos dias, intervenções, eventos de carácter cultural, lúdico, recreativo, foram bastante simpáticos e revelaram que até por serem feitos com a prata da casa merecem maior relevo e satisfação, pelo menos da minha parte, refiro-me ao espetáculo dado pela escola de música no auditório da Casa da Cultura e refiro-me aos diversos eventos de apresentação de livros, concretamente do Dr. António Guilherme Machado, do Dr. Antero Neto, que aqui felicito, porque não estive presente, não pude fazê-lo na apresentação do seu livro. E sobretudo a apresentação do livro, uma obra de menor fôlego, mas enfim, feita por encomenda de uma fundação, mas o livro sobre o nordeste transmontano do nosso conterrâneo, acho que podemos tratá-lo assim, José Rentes de Carvalho, na mesma sessão de apresentação do livro ouvi da parte do Senhor Presidente da Câmara, a intenção de homenagear o citado escritor, Rentes de Carvalho, e se eu bem ouvi o Senhor Presidente da Câmara disse que era intenção da Câmara homenageá-lo e portanto penso que no presente mandato, não é? Embora eu deseje e espere que o senhor Presidente continue a contribuir para o bom governo do Município nos próximos quatro anos, tomei como certa a sua

palavra de ser no presente mandato que seja feita uma homenagem ao Professor Rentes de Carvalho, o presente mandato acabará lá para outubro, novembro, não é? Espero da parte do senhor Presidente um esclarecimento e já agora se ele quiser revelar, levantar a ponta do véu, dizer qual a homenagem que será feita, mas penso que a que vier a ser feita seja feita com a dignidade que o homenageado merece”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “o assunto que me traz aqui é o famoso vídeo partilhado nas redes sociais e notícia de jornal, sobre os transportes escolares, ainda por cima seguido de um incauto comunicado sobre o mesmo assunto, é um comunicado de quem não se inteirou da realidade que existe no concelho, caso contrário não teria lançado o comunicado, porque esta realidade vem desde sempre, há anos, os pequeninos não tinham que ser transportados, os estudantes já no meu tempo e há aqui pessoas mais novas e mais velhas que também os frequentariam, também os utilizaram, a partir do segundo período fica aqui, fica ali, vem outro, espera por outro, era sempre isto, com os pequeninos a coisa piorou e continua a acontecer, eu sei e não quero por culpas a Municípios, porque eu sei que mal recebem um alerta eles agem, eles telefonam, eles exigem, só que a empresa tem o monopólio e abusa um bocadinho do poder que tem e vai andando com um vidro partido, com um pau a trancar uma porta, com falta de travões, sem cintos, mas sem cintos é outra história, porque eles dizem que estão na lei e já eu me bati aqui por isso noutros mandatos, correndo o risco de ali o senhor Vereador dizer que é miopia minha, pois poderá ser, até tenho, mas é visual, não é intelectual, porque não gostei da forma como me respondeu, arrogante, intimidatória e eu respeitei na penúltima Assembleia se calhar o seu momento de dor e não respondi, e sabe, deve saber que eu não sou mulher de medos, nunca fui e não me intimido nada, dizendo que foi um bom Vereador, que esteve atento aos problemas todos, não esteve, este Executivo encerrou as escolas sem acautelar estas coisas, não pensou em transportes, aliás prometeu depois uma rede de transportes, que iria adquirir uma rede de transportes, não o fez, foi bandeira de campanha, foi debate eleitoral e não o fez, possivelmente porque teria feito o estudo e não será viável, tal como este Executivo, penso que já o fez e não será viável. Agora que isto não pode continuar assim, não, forma de o resolver, não se tem, não sei, ou se arranja transporte exclusivo para crianças que ficará muito mais caro, ou os nossos Municípios ficam sem transportes e isolados cada vez mais nas aldeias para vir à vila, querem vir e não têm em quê, não sei, arranjem um transporte para a junta, arranjem um transporte para os meninos, cada junta que arranje um transporte para os municípios e que os transporte à vila, não sei qual será a melhor solução mas esta não é a melhor, porque de facto as crianças não vêm em segurança, mas não é neste mandato, foi sempre, desde que as escolas encerraram, já os maiores não vinham e os pequenos

14^m
Ped

continuam a não vir. Sei que este Executivo tem tido o cuidado e a atenção de olhar a isso, até porque fez circuitos especiais, um Meirinhos/Mogadouro e outro Valverde/ Mogadouro, precisamente para não passarem na estrada mais sinuosa e paga por isso bastante mais do que se fizesse apenas um circuito. Quero louvar aqui a atitude dos pais que lutam pelo bem-estar dos filhos e pela segurança, é assim mesmo que se faz, estranho muito é que tenha sido nesta altura quando as aulas fecharam, acabaram, os meninos já não são mais transportados durante quase três meses, ao fim de três meses há eleições, é estranho que venha nesta altura e não veio no início do ano por exemplo, não exigiram mais no início do ano para chamar a televisão. Penso que devem resolver isto da melhor forma, quer fique este Executivo, quer venha outro, porque as crianças não bastou serem sujeitas a levantarem-se muitas às sete da manhã para ter uma hora de caminho e chegar à escola, para uma escola que não tem condições, nem sequer para almoçar, é uma cantina feita para setenta ou oitenta miúdos, almoçam lá duzentos e setenta, mais ou menos, os professores trabalhamos sem condições, agora era sub-humano aquelas crianças nestes dias de calor estarem ali, eu posso dar aqui uma ideia, é vender os candeeiros Siza Vieira para ajudar ao ar condicionado, porque quem não acredita o que aquilo é era agora ter lá sido posto a pão e bacalhau sem água e depois veria o que aquilo era, porque realmente tanto arquitetos como engenheiros seria aquilo que seria bom fazê-los ver. -----

-----Quanto ao resto, à minha miopia, não foi miopia, foi o concelho onde o encerramento das escolas foi mais mal conduzido, a pressa levou-os a improvisar salas de aulas, em hall's, em corredores de escola e sabem-no perfeitamente, porque o que interessava era encerrar, porque o Governo estava a pedir e até era outro, então aqui é que convém, eu tenho falado com pessoas que acompanharam esse processo e foram as responsáveis e em nenhum outro concelho se passou o que se passou aqui, por exemplo Meirinhos, foi um crime encerrar Meirinhos com doze ou quinze miúdos, ainda hoje tem onze ou doze, em nenhum concelho essa escola tinha sido encerrada e eu sei que havia ordens para essa escola ficar aberta, assim como havia ordem para ficarem pelo menos oito, ficaram três, o responsável esfregou as mãos de contente e telefonou logo para a DREN que aqui tinham ultrapassado as expectativas, portanto isto já vem de há muito tempo, eu já o tinha dito e não pode passar assim, Palaçoulo ficou aberto com doze meninos, hoje mantém-se aberto com seis. Quer vir aqui desmentir-me? Não pode, é verdade, sei e tenho consciência que a maior parte ou quase todas as que encerraram tinham encerrado na mesma de morte natural, isso todos temos consciência, agora que aceleraram a desertificação das nossas aldeias, aceleraram, que sujeitaram os meninos..., à terça feira já se deixam dormir na escola, é natural, miúdos de seis, sete anos com uma hora e tal de transporte de manhã e outra à noite é natural

que andem cansados”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “isto é recorrente daquilo que temos vindo aqui a dizer e com uma quantidade de inverdades que aqui foram ditas, que se ligou a dizer que não sei quantos, que se fez não sei quantos, isto há aqui algum recalçamento que eu não tenho nada a ver com esse assunto mas que não posso deixar ficar em claro, eu ainda não vi a senhora deputada apresentar aqui uma Moção para que se reabram as escolas, apresente-a, o Governo até é da sua cor política, estamos numa altura do ano letivo em que se está a organizar tudo, ainda estamos a tempo que essa proposta aqui apareça e a Câmara Municipal juntamente com a senhora deputada que façam essa pressão e que reabram as escolas, não vale a pena só falar, há que agir, aja em conformidade”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “o senhor Vereador sabe perfeitamente o conhecimento que eu tenho das coisas e também é para lhe dizer que este Executivo tem feito tudo pelo menos para reabrir essa escola, se vai conseguir não sei, digo que é muito mais difícil reabri-la e teria sido muito fácil tê-la deixado aberta”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “na última Assembleia eu alertei aqui a Câmara de um incumprimento que estava a ter com a informação das obras e dos trabalhos que fazia nas Juntas de Freguesia e pensei que hoje nesta Assembleia a Câmara trouxesse pelo menos as obras em função do artigo número nove do Decreto-Lei em vigor das freguesias, mas mais uma vez a Câmara passados três meses não traz nada à Assembleia do que foi feito, mas eu lembro que isso é obrigatório de trazer a todas as Assembleias, todos os trabalhos.-----

-----Começo por dizer ao senhor Presidente que acho que todos os membros desta Assembleia receberam um convite para a apresentação de um livro no dia 3 de junho do Dr. Moraes Machado e qual não é o meu espanto que vou a essa apresentação e não vejo ninguém do Executivo nessa apresentação, não estava ninguém da Câmara na apresentação do livro e foi o Presidente da Câmara que enviou o convite, dois ou três dias antes, já foi aqui referido pelo deputado senhor Ilídio, houve outra apresentação de livro, a Câmara esteve toda presente e fez festa e festinhas, esta não interessava, mesmo tendo sido ele Presidente da Câmara, gostava de saber porque é que nenhum representante da Câmara esteve nesta apresentação, era por ser do Dr. Moraes Machado? -----

-----Senhor Presidente, qual é o ponto da situação, da situação das águas, acho que isto é um assunto que interessa muito ao concelho de Mogadouro, tive conhecimento que a Câmara já entregou a situação da água a uma empresa, está é camuflada para não sair nesta altura das eleições, de campanha eleitoral, mas está confirmado que a Câmara já entregou esse serviço a uma empresa, queria saber qual era essa empresa, se a Câmara não informar eu no final informo qual é a empresa. -----

59
Ped

-----Senhor Presidente, já repetimos aqui mais do que uma vez sobre o seu secretário andar a vender conjuntos e artistas nas festas, hoje vai começar mais uma festa em Mogadouro e o seu secretário conseguiu vender ele próprio mais uma vez artistas e conjuntos para essa festa. -----

-----Em relação ao concurso de gado em Tó, eu foi a primeira vez que tive a disponibilidade de ir a esse concurso, gostei imenso não conhecia a realidade dos (?), gostei, o que foi estranho para mim foi no final do concurso a entrega de prémios, com elementos da Assembleia Municipal lá e Presidentes de Junta lá, o que é estranho é que quem entregou os prémios foi o Chefe de Gabinete, secretários da Câmara, foram eles que entregaram os prémios às pessoas, acho que isso é estranho senhor Presidente, com tanto Presidente de Junta que estava lá e membros da Assembleia chamar elementos do seu gabinete para entregar prémios. -----

-----Agora mais uma irregularidade que a Câmara está a cometer, como sabem no dia dezasseis de junho foram abertas as piscinas municipais em Mogadouro e quem lê o jornal da região na sua última edição vinha lá o senhor Vice-presidente a dizer que finalmente as piscinas em Mogadouro não iam fechar para limpeza, que tinham investido, que não era preciso fechar para fazer limpeza à segunda-feira, mas senhor Presidente eu recorde aqui, regulamento geral do complexo desportivo de Mogadouro, que diz aqui no ponto 69, horário de funcionamento: as piscinas municipais descobertas de Mogadouro funcionam durante a época balnear de quinze de junho a quinze de setembro, o horário de funcionamento é de terça a domingo entre as oito e as vinte, abriu dia dezasseis de junho, salvo erro foi uma quinta-feira ou quarta, desde aí já houve duas segundas-feiras, dezanove e vinte e seis, as piscinas estiveram abertas, é ilegal senhor Presidente, o regulamento está aqui, não há nenhum regulamento posteriormente, é ilegal, para abrir à segunda-feira tem que ser alterado este regulamento, ainda não foi. Como sabem houve agora concursos para nadadores salvadores, que é obrigatório terem as piscinas cobertas e descobertas, inscreveram-se doze ou treze pessoas, sei que tiveram aprovação três ou quatro pessoas, a empresa que ganhou o concurso, dessas três ou quatro só contratou duas pessoas para as piscinas, dessas duas pessoas há uma que só trabalha sábados e domingos não pode trabalhar durante a semana, porque é que as outras pessoas não foram contratadas? E outra situação, para a semana salvo erro, vai abrir a piscina de Bemposta, como é que vão fazer? -----

-----Em relação aos compromissos plurianuais das empresas que a Câmara contratou para serviços só queria perguntar à Câmara se nestas empresas as pessoas também têm direito à criação do posto de trabalho, se depois da Câmara contratar uma empresa, se essa empresa pode pedir apoio para a criação de um posto de trabalho?" -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “o que me traz aqui é a

proteção civil e neste caso pedir a quem fez o projeto de Bemposta, porque só conheço o de Bemposta, não conheço o de Peredo, que repliquem aquela ideia de proteção civil, neste caso bocas-de-incêndio em todas as aldeias, começando logo pelas mais afastadas, se calhar a Granja, Figueirinha, Gregos, Estevais, porque as populações e viu-se aqui e o nosso Presidente de Câmara teve essa sensibilidade de dizer que as pessoas também estavam no mundo rural e é ali que os centros estão mais longe, são essas aldeias pela dimensão, por isso tudo, porque têm mais pessoas idosas e as pessoas devem estar preparadas para quando a tragédia existir e oxalá que ela nunca exista, mas infelizmente ela também existe e portanto essa ideia e o senhor presidente fez esse compromisso com o povo dizendo que a proteção civil seria um dos seus trabalhos que iria fazer e fê-lo em algumas áreas, mas ainda fica aquém, devíamos ir mais longe protegendo e depois fazer uma coisa que é muito importante, as juntas de freguesia, muitas delas, têm que ter kit's de primeira intervenção, as mais longe Bemposta, Castro Vicente, que está tão longe, quando chegar lá um bombeiro já ardeu metade da aldeia, portanto isto é um exemplo que fica, como devem ser as juntas se vai ser com apoio, tem é que ser feito e deve ser feito urgentemente". -----

► **AGOSTINHO FERNANDES** usou da palavra e disse: “ a minha vinda aqui prende-se com o pedido de apoio financeiro das Juntas à Câmara Municipal e é o seguinte, acho que todos os Presidentes ao longo do mandato fariam isso, eu também fiz os meus pedidos e nuns fui atendido, noutros não fui atendido e o que me traz aqui, é pelo que não fui atendido, não fui atendido por algum motivo, a Câmara é que sabe, não ponho isso em causa, ponho em causa é a resposta, porque não fui atendido e nunca soube se era atendido, ou não era, porque nunca me responderam, nunca me disseram, não vamos apoiar este pedido por qualquer motivo e é precisamente isso que eu trago, porque ficámos ali um pouco presos àquele pedido porque nós temos as obras previstas, fazemos aquelas que realmente temos possibilidade de fazer e se avaliamos a coisa para contar com aquilo que pedimos precisamos saber a tempo para a decisão e penso que era uma coisa que não custaria muito à Câmara fazê-lo e além disso ficaria registado, o pedido é por escrito, fica registado na Junta de Freguesia e depois não tem qualquer resposta, nem positiva, nem negativa, acho que era uma coisa que ficava também registada na freguesia, nos arquivos da freguesia”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “começo por vos dizer que tomei nota de tudo aquilo que nos foi transmitido aqui relativamente às intervenções efetuadas pelos vários membros desta Assembleia Municipal, deputados e deputadas, mas começo por esclarecer aqui algumas situações que me foram solicitadas e outras poderei *a posteriori* fazer o mesmo. -----

-----Relativamente à questão que o Dr. Ilídio Martins me colocou, esta

57
Jeh

questão da homenagem o que eu referi no meu discurso foi que naquele dia mesmo lhe prestava uma homenagem, uma homenagem que o Município nunca tinha antes efetuado e que naquele momento eu prestava-lhe essa homenagem ao Dr. Rentes de Carvalho, porque eu acho que era uma homenagem merecida, eu acho não, tenho a certeza que foi merecida, embora como sabe aquilo também foi em conjunto com a Fundação Manuel dos Santos e daqui responder já também àquela insinuação que o senhor deputado José Branco fez das festas e festinhas, é que por acaso o Município nesta festa da apresentação do livro até não teve muito, a não ser um porto de honra que ofereceu no dia da apresentação do livro, o resto foi tudo pago pela Fundação Manuel dos Santos, foram eles que pagaram o jantar a quem convidaram e o almoço no dia a seguir da apresentação, a Câmara limitou-se a fazer aquilo que faz com os outros nas apresentações dos livros. O que está em estudo ainda não o posso revelar, porque ainda não tenho a certeza da forma como iremos fazer, mas a garantia era que tentaríamos ainda no decorrer deste mandato, fazer-lhe uma homenagem, ele está de acordo com a homenagem que lhe pretendemos fazer que em princípio era isso que devíamos ter o aval da parte do homenageado. -----
-----Relativamente à intervenção da professora Antónia há aqui uma série de questões que são levantadas anualmente em relação a estas notícias que depois infundadamente não percebemos porquê aparecem no final do ano letivo, já depois do período escolar ter terminado, mas esta questão dos circuitos e dos transportes públicos, nós temos aqui duas opções para fazer e a opção que seguimos foi aquela de garantir a todos os nossos concidadãos a garantia de que durante aqueles nove meses em que decorre o período escolar têm transporte diário para a sede de concelho para tratarem de assuntos, se quiserem, se entenderem por muito bem, resolver a questão acabando com esta situação, passando só a transporte escolar, eu também estou de acordo, só que há aqui uma questão, é que no mesmo dia em que nós fizemos isso garantidamente a empresa deixa de fazer o transporte público e aqui estamos a prejudicar os nossos concidadãos que não têm outra forma de poder vir à sede de concelho a resolverem os seus problemas que diariamente lhe são colocados e nem toda a gente tem viatura para se poder deslocar à sede, este é um problema que está em cima da mesa, eu próprio trouxe à Comunidade Intermunicipal, na quarta feira faz quinze dias em que coloquei esta questão, porque é uma questão que nós temos que estudar seriamente já que as competências a partir do dia 3 de dezembro de 2019 em que entrará em vigor esta Lei 52/2015 de 9 de julho que veio aprovar o novo regime jurídico de serviços públicos de transporte de passageiros, este regime jurídico que aqui mesmo já aprovámos a delegação de competências na própria Comunidade Intermunicipal relativamente à autoridade que somos nós Municípios quanto aos transportes e circuitos públicos do concelho, delegámos já na

CIM, porque ela sim também tem já a competência relativamente à autoridade dos transportes públicos intermunicipais e foi nesse sentido que, nós não tínhamos tecnicamente disponibilidade de técnicos no Município, aliás todos nós, os nove, à exceção de Bragança que já tinha um circuito próprio, aderiu a esta delegação de competências na Comunidade Intermunicipal, e nesse mesmo dia foi colocada a questão que é importante, nós sabemos que a empresa Santos detém o monopólio, através da Santos, ou através da Rodonorte ou de outra empresa que eles também têm participação no capital social, nós sabemos perfeitamente isso, mas é tudo inverdades quando se diz que a Câmara não está atenta, é mentira, nós não temos forma, e isto está escrito, nós não temos forma de fiscalizar, a fiscalização é efetuada pela PSP, pela GNR e pelo IMT, isto na Lei ainda anterior que é de 2006, salvo erro, esta questão que está aqui a ser colocada deve ser colocada com franqueza, com frontalidade, isto que aconteceu neste, já não acontece só neste, já aconteceu noutros mandatos, o Executivo todo aprovou esta semana também a mesma forma, para garantirmos aquilo que é também uma forma que é de ajudarmos os nossos concidadãos a terem um transporte público ainda para a sede de concelho, sendo certo que se formos só para a opção do escolar ficaremos sem transporte público que a empresa não vai transportar nem uma pessoa por dia para fazer o mesmo transporte, neste caso de Peredo para Mogadouro, no dia em que a reportagem foi feita veio uma única pessoa nesse transporte sendo certo que se fosse só transporte escolar não pode vir ninguém a não ser alunos com passe escolar e a preocupação não é só isso, a professora Antónia também frisou e é importante também dizê-lo, nós também queremos a segurança dos nossos alunos, os próprios alunos há circuitos especiais que são transportados dessas mesmas freguesias, Peredo, Vilarinho, enfim todas essas também onde levantaram este problema, mas essencialmente foi em Peredo e em Peredo há um circuito especial de transporte para o pré-escolar e primeiro ciclo para Bemposta, mas não falam nesse, esse aí cumpre tudo aquilo que é a legislação do transporte escolar, tem cinto de segurança, tem vigilante, tem tudo aquilo que é obrigatório ter um transporte escolar, mas esse não interessou vir para a praça pública dizer que efetivamente os meninos que também na própria aldeia são deslocados para Bemposta, são transportados num transporte escolar, num circuito especial que a Câmara paga também diariamente, como frisou a questão de Meirinhos para Mogadouro e de Valverde para Mogadouro. Levantava-se a questão da segurança relativamente à estrada e à ponte que tínhamos lá em baixo entre esse trajeto Valverde/Meirinhos, criámos um circuito especial, reparem quanto isto não custa, mas fizemos um circuito especial Meirinhos /Mogadouro pelo itinerário complementar sempre obrigatoriamente e um circuito especial de Valverde para Mogadouro com o transporte desses dois alunos, é verdade também que

27
Feb

para esta época, para este ano escolar que terminou ainda fizemos força e está escrito por mim num *mail*, enviei ao senhor delegado regional da DGES, propusemos a abertura do pré-escolar em Meirinhos, já que tínhamos onze alunos só nessa localidade, foi proposto, o senhor Presidente da Junta teve conhecimento disso que eu dei-lhe a conhecer, fomos ao Porto eu e a Vereadora, propusemos ao senhor delegado regional, mas não nos foi concedido, porque exigia-nos sempre a questão dos dezoito, dos vinte, isto para que percebam que efetivamente nós temos tido esta preocupação e muito daquilo que se diz e daquilo que se fala é desconhecimento e das incompetências que depois apelidam os outros, é muito mau para quem de facto não está dentro dos assuntos e aqui os senhores estarão à vontade para me perguntarem aquilo que mais quiserem. -----

-----Relativamente a uma questão colocada aqui pelo deputado José Branco que falava quanto à situação das águas, eu não sei ao que se está a referir, que o acompanhamento das nossas águas é acompanhado por uma empresa já não é de agora, já nos acompanha há muitos anos, o que eu sei é que nós temos uma empresa e está na Comunidade Intermunicipal neste momento a ser estudada a possibilidade de nós aderirmos sim à Resíduos do Nordeste, os nove concelhos, alargando não só à CIM mas também já manifestaram essa intenção e nós já aprovámos aqui em Assembleia Municipal essa intenção de aderirmos às águas através da empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, isso é outra questão, mas isso já veio aqui à Assembleia Municipal para podermos aí sim, já sabemos que Moncorvo e Carraceda concorda também a entrar porque a CIM só são nove, nos Resíduos para além dos nove são os doze concelhos, mais Vila Nova de Foz Côa, isso sim está em estudo mas ainda não temos a certeza que é possível vir a ser constituída essa empresa porque depende também da alteração dos estatutos da própria empresa pública Municipal que agora também se transformou em sociedade anónima que é a Resíduos do Nordeste, o restante é mesmo uma empresa que nos está no fundo a gerir mas isso já veio aqui à própria Assembleia Municipal ”. -----

-----As piscinas foi de facto objeto de um edital público que foi por nós aprovado por unanimidade e no edital alterámos não só de segunda a sexta-feira como o horário das dez às vinte horas, o regulamento permite também que a gente altere essa questão e portanto foi por nós aprovado por unanimidade e está no edital as condições do concurso em que decorreu essa abertura das piscinas e do bar esplanada. O curso de nadadores/salvadores foi feito por uma empresa a quem a Câmara já contratou essa obrigatoriedade da Lei, já que nós temos obrigatoriamente que ter. A empresa tem que nos colocar dois nadadores/salvadores para garantir a segurança lá em baixo das piscinas, é o que diz no caderno de encargos, são dois nadadores/salvadores para garantir a segurança dos utentes da piscina e as piscinas de Bemposta serão asseguradas pelos

Bombeiros, não sei como vão fazer, contratualizando outro nadador /salvador para Bemposta, para a sua abertura.-----

-----O Belmiro frisou aqui também a questão da proteção civil, eu quando cheguei aqui ao Executivo, não sei se está aí o Presidente da Junta de Brunhoso, que para além de Presidente de Junta também assume ser chefe da equipa de intervenção permanente e é por isso que eu estou a frisar isto, foi feito logo um levantamento de todas as bocas-de-incêndio do concelho, estão todas sinalizadas, na altura com o atual COM que era o engenheiro Soutinho, foi feito um levantamento, todas as sinalizações das bocas-de-incêndio que estavam avariadas foram resolvidas porque isso depois passou para os picheiros, agora se quisermos colocar mais ou menos isso aí essa questão é diferente mas foi feito logo esse levantamento, eu tenho no meu gabinete um *dossier* bem grande que o Carrasco e o Soutinho me entregaram porque precisamente houve a necessidade de verificar todas as bocas-de-incêndio e não era só nas aldeias que se passavam problemas, a própria vila tinha problemas graves nas bocas-de-incêndio que algumas nem funcionavam, estavam fechados os torneirões e não tinham água e portanto esse foi logo um dos problemas iniciais que resolvemos e que tivemos logo em conta para resolver essa questão, pelo menos ter a certeza que nas bocas-de-incêndio havia água e que elas funcionavam em perfeitas condições para além de levarem um *storz* que é um equipamento que os bombeiros não precisam de andar ali a enrolar, mas sim chegam lá e ligam com um encaixe rápido para poderem captar a água se for necessário”.-----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente só queria um esclarecimento, em relação aos nadadores/salvadores, são obrigatórios dois, mas têm que estar presentes os dois ao mesmo tempo? Porque há um dos que foi contratado que só trabalha sábado e domingo, estou a informar a Câmara do que se está a passar, eu estou a informar a Câmara que essa empresa contratou só duas pessoas e que uma delas só pode trabalhar sábados e domingos. -----

-----Em relação às piscinas, eu não sei da Lei, queria saber se um edital feito pela Câmara substitui um regulamento? -----

-----Em relação à criação de emprego das empresas, o senhor Presidente não respondeu”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “começo pela última questão que foi colocada, isso será uma situação que a seu tempo e se for o pedido feito teremos que colocar a questão aos nossos serviços jurídicos, já que esta semana tivemos duas situações e depois de ouvir a informação técnica é que decidimos se sim ou não, eu não vou responder a uma questão que não estou em condições para o fazer, como sabe isto faz parte dos serviços jurídicos. -----

-----Relativamente às piscinas este funcionamento já vem de 2007, de 2007 a 2012 funcionou também já fora desse regulamento e com base no

57
Deh

edital”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos entrar no ponto 2.

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----Não havendo intervenções passamos para o ponto 2.2-----

-----2.2 *Associação Nacional das assembleias municipais (ANAM) – adesão a esta associação de direito privado, nos termos definidos na Lei 54/98 de 18 de agosto. Recomendar à Câmara Municipal, para que esta delibere a participação do Município no projeto da ANAM – Análise e deliberação.*-----

----- Na sessão anterior, suponho, dei conhecimento do propósito da Assembleia Municipal de Mogadouro dever aderir a este projeto de amplitude nacional, entretanto na altura foram produzidos os estatutos provisórios, agora já foram aprovados os estatutos definitivos e também dei conhecimento por suporte escrito de todas as diligências que foram tomadas pela atual direção da ANAM relativamente à adesão a nível nacional, dispense-me de tecer comentários porque foi fornecida informação, todavia queria só ler-vos porque também estou convencido que nem todos leram e assim se me ouvirem todos ficam a fazer os propósitos do que se pretende.

-----Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) - apreciação e votação de proposta de adesão a esta associação de direito privado-----

-----Considerandos: 1) Resulta do art.º235.º, n.º1 da CRP que a organização democrática do estado português compreende, também, a existência de municípios; 2) Tais municípios, de acordo com o mesmo art.º 235.º da CRP, podem constituir associações para a administração de interesses comuns; 3) Mais especificamente, podem os municípios constituir, alternativamente, associações de fins específicos, nos termos dos arts.108.º a 110.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consagra o regime jurídico das autarquias locais, as quais constituem pessoas coletivas de direito público, ou puras associações de direito privado, nos termos consagrados na Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que consagra o regime jurídico das associações representativas de municípios e das freguesias; 4) Concretamente em relação às associações de direito privado de municípios disciplinados pela referida Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, decorre do estatuído no seu art.º 1.º que é passível aos municípios associarem-se para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central; 5) Determina ainda o art.º 2.º da mesma Lei n.º54/98, de 18 de agosto, que tais associações podem constituir-se como

peças coletivas de direito privado, nos termos da lei civil; 6) A ANAM, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, portanto, pelo estipulado nos art.ºs 157.º e seguintes do Código Civil; 7) De acordo com o art.º 2.º, n.º1 dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios (de onde aqui também resulta, a contrario sensu, que não nos deparamos com um exemplo de associação de municípios de fins específicos prevista nos arts. 108.º e seguintes da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); 8) A valorização que se pretende, com efeito, é algo mais profundo e complexo, que passa por visitar o espírito democratizante da Constituinte de 1975-1976, e daí alicerçar uma maior salvaguarda do papel da assembleia municipal enquanto verdadeira «casa da democracia» no âmbito local; 9) «Casa da democracia» essa que tutela um poder partilhado, interdependente e sucessivamente fiscalizado, reflexo de comunidades maduras e civicamente engajadas; 10) A adesão a uma associação de direito privado de municípios que tem em vista a representação institucional dos seus associados - e aqui especificamente a adesão à ANAM - encontra-se dependente do acordo prévio do município; 11) A deliberação da adesão a uma associação deste cariz constitui uma competência tipicamente reservada à assembleia municipal no parecer dos constitucionalistas, do Gomes Canotilho e Vital Moreira; 12) Todavia, uma vez que o que se pretende é representar institucionalmente o município a deliberação de adesão deste deve, na senda da boa jurisprudência das cautelas, ser uma deliberação de valor reforçado, o qual será obtido mediante a pronúncia dos dois órgãos que compõe a pessoa coletiva município - o órgão executivo e o órgão deliberativo; 13) Para tanto, dever-se-á observar uma tramitação inspirada naquela necessária para se proceder à adesão a uma associação de municípios de fins específicos, por ser esta aquela que especificamente exige a pronúncia favorável dos dois órgãos; 14) Por conseguinte, deve em primeira linha a assembleia municipal recomendar à câmara municipal que esta delibere a participação do município neste projeto que é a ANAM, para que então, o executivo municipal proponha à assembleia municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM; 15) De igual forma, aquando da deliberação a se formulada pelo executivo municipal, este oportunamente, de acordo com o estipulado no art.º 33, n.º1, al. oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designaria como representante do município da ANAM, atendendo aos estatutos ora em vigor desta associação de direito privado de municípios, o presidente da assembleia municipal. Por fim recomenda-se à câmara municipal que esta delibere a participação do município na ANAM, com uma quota anual de € 1.250,00. Até lá esperemos pelo veredito do Executivo Municipal, sendo que o objetivo primordial desta associação é ser parceira e reivindicar junto do Governo poderes que se perderam e

57
Del

outros porventura que poderão ajudar respetivamente naquelas regiões. Penso que a essência desta associação é ter um órgão presente na reivindicação dos direitos que nós representamos, que são as populações diretas e sermos interlocutores junto do Governo daquilo que entendemos que podemos fazer mais pela dignificação do órgão e bem assim pelo interesse das populações que representamos, portanto posto esta informação, estou eu a dá-la porque efetivamente também fui convidado na qualidade do cofundador não estou nesta constituição ou direção interina, todavia fomos convidados, coloquei aqui a questão, foi avalisada, dei o meu contributo e é nessa qualidade que estou aqui a dar-vos esta informação e a pedir-vos que seja votado em conformidade. Assim sendo vamos recomendar à Câmara Municipal para que esta delibere a participação do Município na ANAM”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente salvo o devido respeito pela sua experiência na condução destes trabalhos e na elaboração das convocatórias e também não desdenhando da competência dos responsáveis dos grupos parlamentares, eu tenho impressão que nesta ordem de trabalhos, há aqui um ponto invertido, o ponto 2.2 que é o que estamos a discutir convoca-nos para análise e deliberação de uma recomendação ao Executivo para aderir, se eu bem entendo à ANAM, o ponto 2.3 serve para nos dar conhecimento dos estatutos definitivos da ANAM, eu pergunto-me, se eu não conheço os estatutos, teoricamente, como é que eu vou dizer que aprovo a recomendação ao Executivo Municipal para aderir, interessa-me saber o que dizem os estatutos, e como houve alteração, eu confesso que não estive a cotejar os definitivos com os provisórios, suponho que haveria alguma alteração, eu digo para mim próprio então vou quê, se eu não conheço os estatutos não sei em principio se devo, ou não recomendar à Câmara, portanto penso que os pontos estarão invertidos, mas aceito perfeitamente que o senhor Presidente queira cumpri-lo porque é assim que está aqui estabelecido, mas gostava de saber, confesso, de facto não cotejei com os anteriores, se há grandes alterações em relação aos provisórios, porque de facto nós já aprovámos os provisórios, se os definitivos fossem ipsis verbis os anteriores, os provisórios, não teria qualquer dificuldade, agora assim levantasse-me a dificuldade de saber se por virtude qualquer alteração estatutária, se qualquer diferença, se qualquer mudança dos provisórios para os definitivos, eu possa inverter a minha posição ou inclusivamente abster-me”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “em relação a este ponto informar que a bancada do PSD vai votar favoravelmente para ver se a Assembleia começa a ter peso, porque aquilo que nós falamos aqui, que recomendamos à Câmara verbalmente ou por escrito há muitas situações que não são respondidas e com esta Associação vamos ver se a Assembleia começa a ter peso em função dos assuntos que são aqui tratados e através

da Assembleia nos dão força para pedir esclarecimentos às Câmaras Municipais”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “eu estava mesmo para já não intervir, nem sei se será muito importante a minha intervenção neste sentido, vamos pronunciar-nos sobre a adesão à ANAM, este projeto traz-me algumas interrogações, porquê criar a ANAM? A ANAM destina-se a representar institucionalmente o Município junto dos órgãos de soberania e da administração central, isto é reforçar as deliberações mediante a pronuncia dos dois órgãos, Executivo e Deliberativo, penso que é isso que está nos estatutos, mas uma interrogação se nos coloca, para tal não existe já a Associação de Municípios Portugueses? Se existe para quê mais uma Associação? A ação da ANAM é para reforçar as tomadas de posição da sua congénere? Se assim é, tudo bem, ou será que a ANAM não confia na capacidade da representação da ANM? Se é para revindicar mais poderes para as Assembleias Municipais também não parece mal, mas não especifica, caso contrário fica-se com a impressão que a ANAM passará a ser um apêndice da ANMP, ou quererá disputar-lhe o protagonismo? Os objetivos são de certo modo abstratos, promover estudos, seminários, congressos, publicações, dado que não especifica os estudos, seminários e publicações; as receitas que irão obter para dar suporte à ANAM são atribuídas pelas Câmaras Municipais, não têm outras receitas a não ser as receitas improváveis, gostava que o senhor Presidente que é quem tem acompanhado o desenrolar do processo nos esclarecesse melhor, já deu alguns esclarecimentos das verdadeiras vantagens de mais esta Associação, de qualquer modo estou convencido de que nesta criação há boa vontade, pode ser que no decorrer da sua vida ativa outros horizontes se possam abrir e oxalá que um dia o resultado se considere positivo com justiça, mesmo com as reticências apresentadas não irei ser desmancha-prazeres e não será por mim que não aderiremos à ANAM, por isso aprovarei a adesão à ANAM e do mesmo modo a proposta à Câmara, tanto mais que não estão em causa encargos significativos tanto embora o que deve pesar na decisão deverão ser sempre os princípios não o custo. Ouvei aqui o José Branco falar, não interessa quanto a mim que se venha a criar conflito entre a Assembleia e a Câmara, será sempre um a poiar o outro, é evidente que nem sempre há possibilidade de responder à Assembleia com a brevidade e oportunidade que deveria ser muitas das vezes, mas enfim, nesse sentido a Câmara se pronunciará”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não vejam a criação desta Associação como o cerne de um problema, ou de um diferendo com a Câmara Municipal, julgo que a Câmara Municipal referente à Assembleia Municipal não tem por onde se queixar, neste último mandato embora não sendo fácil, como é perceptível, decorreu, e estamos quase na reta final, decorreu com toda a normalidade, com espírito

7
Feb

de cooperação da parte da Assembleia Municipal para com a Câmara, não foi criado qualquer obstáculo à Câmara Municipal no sentido de produzir política, digamos, menos afetiva, ou seja, tudo aquilo que a Câmara Municipal nos pediu para aprovar, nós aprovámos, portanto não vão por aí, nós temos que pensar neste projeto num sentido mais lato, mais profundo, mais enriquecedor, senão vejamos, as Juntas de Freguesia têm a sua Associação constituída nos termos da Lei e que são parceiras, que é a ANAFRE, uns cooperam mais, outros cooperam menos, não sei se há aqui algum elemento das Juntas de Freguesia que pertença aos corpos sociais da ANAFRE, o que é certo é que aquando do agrupamento de freguesias a ANAFRE foi preponderante na informação aos seus Municípios sobre os inconvenientes da agregação e existiu e existe. As Câmaras Municipais têm a sua própria Associação que os ajuda nas tarefas do quotidiano da gestão autárquica, que é a ANMP com sede em Coimbra, as Assembleias Municipais como órgão institucional não têm Associação nenhuma e então acho que há aqui uma falha, mas porque é que não têm a sua própria organização para terem também o seu sustentáculo na orientação corporativa institucional dos assuntos internos do poder local? Talvez por haver essa falha a nível nacional alguém quisesse avançar com este propósito de Associação. Será que essa Associação é para rivalizar com as Câmaras Municipais? Não, não pensem nisso, antes pelo contrário, se calhar até é um apêndice para unificar critérios, para unificar pontos de vista e até unificar consensos, penso eu. Se não é para rivalizar então para que é que queremos a Associação? A Associação é precisamente para, na minha ótica, pelo aquilo que eu ouço e que eu ouvi, pessoas que percebem deste assunto mais do que eu, esta Associação visa única e simplesmente ser parceira perante os órgãos institucionais e para reivindicar, que não o pode fazer, junto do poder central melhores condições de funcionamento das Assembleias, mais democraticidade das Assembleias e isto tudo junto penso que será positivo. Relativamente à questão que o senhor Ilídio Martins colocou, da dúvida que tem por não conhecer os estatutos, os estatutos são em tudo semelhantes aos anteriores, simplesmente estes estatutos só são para conhecimento, não são para análise, nem para deliberação, são muito parecidos, são mais folhas porque as letras são mais gordas e vem aqui a justificar o parecer do tribunal de contas porque constitui, esta Associação quer queiramos, quer não, constitui despesa e tudo que constitui despesa tem que ter um visto do Tribunal de Contas, mas aqui vem dizer que atendendo a que as autarquias podem constituir estas Associações de direito privado está isenta do parecer do Tribunal de Contas. Substancialmente julgo que é só isto, todavia é para conhecimento, agora os estatutos vão ser aprovados quando nós produzirmos aqui a deliberação, se esta Assembleia assim o entender, de aderirmos, são aprovados os estatutos e é aprovada a deliberação que será produzida pelo Município, se

for aprovada, muito bem, senão for aprovada muito bem na mesma, não somos sócios, agora que ninguém me venha a pedir amanhã para o Município de Mogadouro se associar assim a estas associações que andam por aqui e que pagamos um balúrdio por elas e dali não extraímos nada, uma vez até nos associamos a uma produtora de azeites do Alentejo, esta pelo menos, uma coisa é certa, esta Associação visa defender os interesses da Assembleia junto do Governo, não é com as Câmaras, as Câmaras são nossas parceiras e tudo aquilo que é importante para as Câmaras também é importante para nós, porque nós somos Câmara e a Câmara é Assembleia, por isso é que esta é a casa da democracia, por isso é que estão aqui os membros eleitos e os Presidentes de Junta, que representam quem? Representam todos os eleitores do concelho de Mogadouro, às vezes não temos essa visibilidade, mas a lei consagramo-la.-----

-----Se ninguém quer fazer mais nenhum reparo vou colocar o ponto 2.2 a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto 2.3-----

-----**2.3 Aprovação dos estatutos definitivos da ANAM – Para conhecimento.**-----

-----Isto é para conhecimento, também podem consultar a escritura que foi elaborada, isto é tudo tão transparente que foram fornecidos todos os elementos que temos até ao momento, a escritura, as notas sobre enquadramento do visto prévio do tribunal de contas, a atribuição do valor da quota para Municípios entre dez mil e quarenta mil eleitores, que é o caso do nosso para já. -----

-----Passamos ao ponto 2.4 -----

-----**2.4 Compromissos plurianuais – Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.** -----

-----Não havendo intervenções passamos ao ponto 3. -----

-----**3. Outros assuntos.** -----

► **ESTER PARRA** usou da palavra e disse: “eu devo dizer que venho um pouco às cegas, não preparei e minha intervenção, porque em anteriores intervenções minhas me foi retirada a palavra por trazer aqui assuntos relacionados com a minha aldeia, não me atrevia a trazer aqui este assunto, mas como no ponto 1.4 o senhor Presidente disse que era o momento de debater os assuntos Municipais e das aldeias, assim já tenho direito a expô-lo, o assunto que me trás aqui é o encerramento da extensão de saúde de Bemposta, não foi comunicado à população de Bemposta o porquê, o motivo, quem como eu se dirigiu a essa extensão para ser atendida pela médica encontrou-se com um papel na porta a dizer, concretamente não fixe, mas mais ou menos isto: *vamos deixar de vir a Bemposta porque o carro teve um acidente e não temos transporte para vir a Bemposta atender os doentes*, foi a única explicação que nos deram até hoje, até hoje

ainda não tivemos outra, eu dirigi-me ao Centro de Saúde a Mogadouro para ser atendida, perguntei o porquê, tentei saber algo mais porque a história do transporte e do carro não me convenceu, como continuo sem estar convencida disso, pedi para falar com a Diretora do Centro de Saúde, disseram-me que a Diretora do Centro de Saúde não estava ao serviço, encaminharam-me para uma senhora administrativa, ela explicou-me que realmente era isso, que o carro tinha sido acidentado e que ainda não tinha sido composto, mas se bem me lembro à porta do centro de saúde há uma praça de táxis, mais tarde tivemos uma reunião dos associados de dadores de sangue de Bemposta em Bemposta, foi dito pelo diretor da Associação que tinha disponibilizado o carro da Associação, que foi oferecido pela EDP e que o tinha disponibilizado para transportar a médica, a enfermeira e a senhora da secretaria, eu voltei mais tarde ao centro de saúde, perguntei como é que estava a situação e disseram-me que continuavam igual, que continuavam sem carro, eu realmente dirigi-me a ela e disse que esse assunto já não cola, porque foi dito numa reunião dos associados dos dadores de sangue que disponibilizaram um carro, portanto isso já não cola, até hoje ainda não tive outra resposta. Eu fui acusada publicamente de andar em 2003, que isto já data de 2003, a recolher assinaturas para pedir médicos para Bemposta, foi concretamente a explicação dada na acusação, e que utilizei essas assinaturas para apadrinhar uma lista independente à Junta de Freguesia, isso é rotundamente mentira, porque se esse senhor que fez essa afirmação, não só porque foram mais, no tribunal foram mais pessoas a fazê-la não foi ele só, se esse senhor for ler a comunicação social de dezembro de 2003 há lá uns artigos que dizem que a população de Bemposta fez entrega ao Dr. Adão Silva de quatrocentas e cinquenta, quatrocentas e sessenta assinaturas, salvo erro, não estou bem dentro das cifras, porque como disse não preparei a intervenção, que foram recolhidas em parte por mim, não totalmente, não fui eu que as recolhi totalmente, recolhi parte delas, sim senhor e assumo, e fui eu mesma que fiz a entrega ao Dr. Adão Silva aquando da visita, acho que foi dia vinte e três de dezembro de 2003 a Bemposta. Se eu estou a ser acusada daquilo que não fiz, estou a ser acusada injustamente, se eu me dirijo ao centro de saúde a perguntar o porquê ainda sou agredida verbalmente por um membro desta Assembleia que nem sequer foi chamado à conversa, mas se meteu, faltando-me ao respeito e demonstrando má educação porque a conversa nem sequer era com ele, queria saber o porquê. Foi aqui falado que estamos em campanha eleitoral, que já são atos eleitorais, que já são manobras eleitorais, então esta manobra o que é? Se eu trouxe a esta Assembleia no anterior mandato o assunto das obras da extensão, o Dr. Adão Silva esteve em Bemposta, foram aprovadas as obras, foram feitas as obras, gastou-se nessas obras nove mil oitocentos e qualquer coisa euros, não me lembro concretamente da cifra, na altura deia correta, mas hoje não me lembro

dela, gastou-se esse dinheiro, os passos que eu dei pela aldeia foram vãos, o dinheiro vai ficar ali encerrado e agora eu pergunto, isto não é manobra eleitoral? Eu gostaria de saber o porquê, prometeu-se manter a extensão aberta, dotá-la de sistema informático, até hoje nada foi feito e isto vem de 2003, não é deste mandato. Eu gostava de saber qual o motivo. Se as pessoas da aldeia, as aldeias estão envelhecidas, as pessoas recebem umas reformas miseráveis, porque são, comparadas com os outros países da europa, as nossas reformas são miseráveis, dos nossos idosos, essas pessoas não têm dinheiro para se deslocar a Mogadouro em táxi, porque chegam aqui, nem que venham no transporte público, não se despacham para ir embora no transporte público, têm automaticamente que pagar um táxi, ora pagar um táxi, pagar a medicação, acham que isso que lhe chega? Um vencimento de duzentos e poucos euros como recebem alguns, como recebe a minha própria irmã, sinceramente, eu acho que isso que não chega para pagar um táxi, acho que devíamos tomar medidas e resolver isto, caso contrário eu vou ter que dirigir uma cartinha ao Ministro da saúde e assuntos sociais porque é isso precisamente que vou fazer, caso isto não se resolva porque é assim mesmo que se deve começar, porque eu estou cansada e estou saturada de ser acusada daquilo que não faço, portanto a partir de agora que tomem em conta aquilo que eu faço e que me acusem simplesmente dos meus atos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “antes de dar a palavra ao próximo orador, ao senhor Américo Rodrigues, queria dizer que normalmente e habitualmente a Mesa não tira a palavra a ninguém salvo quando das intervenções resultem equívocos ou intromissões a assuntos internos da Assembleia de Freguesia da qual ou para a qual a Assembleia Municipal não tem nada que se pronunciar”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “há bocadinho esqueci-me de pôr uma questão à Câmara, não sei se ela depois quer responder ou não, que é aqui na agenda do Vereador, a reunião que teve para a construção do ICS deve ser nas entradas em Mogadouro e Santiago, queria saber se há algum desenvolvimento, se está para breve ou não essa situação”. -----

► **AMÉRICO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “eu não intervim há bocadinho, mas sobre a intervenção do meu colega Belmiro, acho que foi boa, é pertinente, é numa altura em que estamos assolados com estes flagelos e acho que é bom e pertinente que se tomem medidas, seja com kit's, seja com outras situações, eu vou citar aqui um caso que já se passou comigo há uns anos, eu vi isto na imprensa, salvo erro no meu primeiro mandato na Junta de Freguesia em que em Vinhais foram distribuídas cisternas para as Juntas de Freguesia, não sei se alguém teve conhecimento, eu vi isto na imprensa, logo a seguir fiz uma comunicação pela, que acho que era o nosso conterrâneo, o Armando Vara, acho que era ele nessa altura, mas seja quem for, eu fiz essa comunicação e acho que era uma boa

Handwritten signature or initials in the top right corner.

ideia, não sei os custos disso, era bom fazer isso ou outra coisa qualquer, porque as aldeias como nós conhecemos estão envelhecidas, abandonadas e depois é tudo com as Juntas de Freguesia, tudo cai sobre nós e quando toca a incêndios é complicado, na altura fiz essa comunicação e fiz também já no meu segundo mandato aqui à Câmara Municipal, não sei se tiveram conhecimento, foram feitas aquelas paragens dos autocarros, eu fiz isso por escrito ao senhor Vereador, mas ficou em águas de bacalhau, porque eu já tinha uma paragem dessas e em detrimento disso solicitei à Câmara Municipal uma cisterna adaptada para colmatar essa lacuna, uma vez que eu já tinha a paragem, não precisava dela e não recebi esse dinheiro, mas seja isso seja outra coisa acho que é bom, porque quem vive nas aldeias sabe perfeitamente o que nos rodeia, é pólvora ali à vista de toda a gente”. -

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente só uma pequena nota sobre intervenções anteriores a propósito da apresentação do livro do Dr. António Guilherme Machado na Biblioteca Municipal e a bem da verdade eu não tenho procuração dele, nem do senhor Presidente da Câmara, nem da Câmara Municipal de Mogadouro, mas devo dizer que ouvi da boca da senhora Bibliotecária, Dra. Marta, salvo erro, a informação de que estava a representar a Câmara Municipal, portanto a Câmara Municipal esteve representada”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “eu não era para intervir neste ponto, mas esqueci-me no 1.4 de pôr uma questão, em relação à ligação da zona industrial ao I25, gostaria que se fosse possível a Câmara respondesse aqui nos outros assuntos o que é que se está a passar, porque há cerca de dois ou três meses a empresa começou a trabalhar, na entrada quem vai do Bairro São José para a Zona Industrial, do lado direito a seguir à casa do João Neves, naquele arruamento e agora há cerca de um mês e meio, dois meses está lá parado um cilindro e uma máquina, não sei o que se passou, se a empresa foi embora, se faliu, se há algum problema com essa ligação, eu peço desculpa de ser neste ponto, havia de ter sido no 1.4, mas queria saber o que se passa com a paragem dessa obra e se a empresa não podia tirar as máquinas pelo menos dali, que ninguém as visse, acho que estão num sítio que toda a gente passa, ficam com a impressão que algo não está a correr bem naquela obra com as máquinas paradas ali há cerca de dois meses”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “vou só responder a duas questões, mas dizer essencialmente ao Américo que as Juntas de Freguesia agora têm competência na área da proteção civil nas suas Freguesias, não sei se foste àquela formação que a Autoridade Nacional de Proteção Civil deu, inclusivamente até ofereceu a cada Presidente de Junta um colete, sendo certo que, penso que estará para breve informação sobre essa questão e legislação sobre as freguesias na área da proteção civil, de qualquer maneira há uns avisos no 2020 na área da

proteção civil sendo certo que direcionados para Freguesias não me parece que caibam, poderemos alertar e isso fica já o meu compromisso de fazer o alerta junto do Secretário de Estado para que ele tente abrir um aviso ou tente ainda arranjar forma de abrir um aviso direcionado para as freguesias também poderem concorrer, porque este último aviso que houve nós também fizemos o concurso a um trator e a uma zorra, mas até ao momento não nos foi ainda sequer ao menos dito se o aviso foi aprovado ou não, só foi mesmo para os corpos dos bombeiros, prendia-se exatamente com carros de combate a incêndio e esse sim, esse já teve o seu término. -----

-----Quanto à questão da ligação da Zona Industrial ao IC5, a obra está suspensa, porque nós não podemos avançar naqueles terrenos pelos quais ainda não tivemos acordo com os proprietários, como a declaração de utilidade pública, penso que esta semana deve chegar, o senhor Secretário de Estado já deu a declaração de utilidade pública com a expropriação de carácter urgente dessas parcelas, mal sai estamos em condições de poder avançar com a fase que neste momento está só suspensa por motivos burocráticos que se prendem essencialmente com a expropriação dos terrenos por onde ela vai passar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----A segunda secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

-----Finda a leitura da ata o senhor presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

-----Às doze horas o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Ilídio Granjo Vaz)